

HISTÓRIA DA EXPANSÃO ESCOLAR NO TERRITÓRIO DE IMPERATRIZ (1864-1970)¹

HISTORY OF THE SCHOOL EXPANSION IN THE TERRITORY OF IMPERATRIZ (1864-1970)

MARILÉIA DOS SANTOS CRUZ.

Profa. Dra. Universidade Federal do Maranhão - UFMA.

Imperatriz – Ma, Brasil.

euluena@hotmail.com

Resumo: O artigo aborda a história da expansão escolar de Imperatriz com ênfase na análise sobre a distribuição espacial das escolas no território dessa cidade, explorando informações sobre as escolas de primeiras letras e seus professores na segunda metade do século XIX, e sobre as escolas isoladas, reunida e grupo escolar, criados na primeira metade do século XX. Dá ênfase ao processo e às características da ampliação do sistema de ensino primário público, que se inicia na década de 1950, em consequência da política nacional de expansão da escola primária, quando as escolas isoladas rurais ou supletivas passam a funcionar além da sede dos municípios, atingindo os povoados.

Palavras-chave: Imperatriz, escolas de primeiras letras, escolas isoladas, professores, grupos escolares e escola reunida.

Abstract: The article covers the history of the expansion of Imperatriz school with emphasis on analysis of the spatial distribution of schools within that city, exploiting information about the schools and their teachers first letters in the second half of the nineteenth century, and on isolated schools, meeting and school group, created in the first half of the twentieth century. Emphasizes the process and characteristics of expansion of public primary education system that begins in the 1950s, as a result of the national policy of expansion of primary school, when isolated rural schools or subsidiary will function beyond the headquarters of municipalities reaching the villages.

Keywords: Imperatriz, schools first letters, isolated schools, teachers, school groups and school together.

Artigo submetido à avaliação em 26 /02/2013 e aprovado para publicação em 25 /04 /2013.

¹ O presente artigo é resultado da pesquisa que desenvolvo sobre História da educação maranhense, desde 2009, a qual foi financiada pela FAPEMA, no período de 2010-2012. As informações que contemplam o período de 1930 a 1960 resultam também da participação no Projeto integrado de pesquisa que realiza estudo sobre a história da escola primária no Brasil, no período de 1930 a 1961, coordenado pela profa. Dra. Rosa Fátima de Souza, financiado pelo CNPq (Processo n. 480387/2010-9), envolve 17 estados brasileiros: Acre, Amazonas, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, com uma equipe de 37 pesquisadores doutores, pertencentes a Programas de Pós-Graduação em Educação, de várias instituições universitárias do país.

INTRODUÇÃO

Era uma vez uma criança filha de adultério que nasceu amada e cuidada por um determinado pai, até que este descobrindo que o menino não era seu filho natural, o abandonou para que procurasse sua real paternidade. Tal filho, que cresceu amando o pai que o criou, assim mesmo buscou uma proximidade com o seu genitor; o qual sem ter construído laços afetivos, o recebeu. O menino foi crescendo entre a memória de um pai que por algum tempo se mostrou dedicado, e o desejo de ser querido por um pai biológico, que possuidor de muitos filhos, não encontrava tempo para conhecer melhor aquele que até um tempo atrás não lhe pertencia. O menino cresceu cheio de façanhas, querendo mostrar-se independente, e internamente, construiu uma identidade solitária, peculiar, estranha a ambos os pais, esforçando-se para construir de modo independente, o seu próprio destino.

Esse pequeno relato fictício pode ser comparado com a história de Imperatriz², quando em seus primórdios foi fundada como uma “vila do Pará no Maranhão”, conforme descrito por Carlota Carvalho, em sua memorável obra “O Sertão”. Foi Manoel Procópio do Coração de Maria que, seguindo ordens do presidente da província do Pará, em 1852, fundou a povoação de Santa Teresa, até que em 1854, quando ficou estabelecido a divisa entre as terras do Maranhão e do Pará, descobre-se que o povoado paraense era maranhense; começando toda uma história de aproximação na distância, conforme amplamente relatado em muitas obras que contam a história dessa cidade.

No campo da Educação a história de Imperatriz também pode ser contada, quando em 1864 se edita a primeira lei que cria escolas de primeiras letras na então Vila Nova da Imperatriz, conforme passa a ser chamada desde 1862, quando cidadãos da região se comprometeram junto ao governo do Maranhão a criar as condições básicas para o seu funcionamento, com os próprios recursos locais³, após a perda do título para Porto Franco que havia sido conquistado em 1856.

Em outro estudo demonstramos as consequências da edição da lei 717, de 11 de julho de 1864, que cria duas cadeiras de primeiras letras para os dois sexos, na Vila Nova da Imperatriz. Observa-se, durante todo o século XIX, uma história recheada de eventos como a realização de concursos, e pedidos de transferências por parte de professores

² É a segunda cidade mais populosa do Maranhão, localizada na região sudoeste do Estado, que se estende pela margem direita do rio Tocantins, e é atravessada pela Rodovia Belém-Brasília, situando-se na divisa com o estado do Tocantins.

³ A primeira vez que Imperatriz se tornou vila foi em 1856, perdendo esse título para Porto Franco três anos depois (1859), o que só se estabelece novamente em 1862.

nomeados vitaliciamente que nem chegavam a se apresentar, pleiteando sempre uma colocação na capital, ou pelo menos, em local próximo. Com a frequente transferência de professores concursados, a escolarização de Imperatriz vai pouco a pouco se desenrolando com a nomeação de professores interinos, em caráter provisório.

Neste texto abordaremos a história da expansão escolar de Imperatriz com ênfase na análise sobre a distribuição espacial das escolas no território dessa cidade. O artigo está organizado em três partes: Os primórdios da escola primária em Imperatriz que apresenta as primeiras escolas que funcionaram na vila, destacando informações sobre o século XIX, e os primeiros anos do século XX; A chegada das escolas graduadas em Imperatriz aborda informações sobre a escola reunida do Município e a criação do primeiro grupo escolar; A expansão da escola primária no sertão imperatrizense aborda informações sobre as décadas de 50, quando as escolas passam a funcionar além da sede dos municípios, atingindo os povoados.

Os primórdios da escola primária em Imperatriz

Século XIX

O padre Elias da Costa Moraes, sucessor de Frei Procópio do Coração de Maria é considerado o precursor do ensino escolar de Imperatriz, quando abre uma escola de ler e escrever para suprir as necessidades de escolarização das primeiras letras na vila, no ano de 1867, conforme registrado por César Marques (1970, p. 570).

Será ele também o primeiro professor a lecionar à custa do governo provincial, em 1869, na qualidade de professor interino, quando após a realização de três concursos e respectivas nomeações vitalícias, permanece vaga a cadeira de primeiras letras para o sexo masculino da vila⁴. O padre Elias, após pessoalmente se fazer presente na capital da província e relatar a situação de carência enfrentada pela população da vila, foi nomeado

⁴ Em 1866, Francelino de Carvalho Sanches foi nomeado após ser aprovado plenamente em concurso, sendo, antes mesmo de exercer a função de ensino em Imperatriz, transferido para Genipaúba, em 27 de julho de 1866. Em 1867, novo concurso foi realizado visando prover Imperatriz de professor de primeiras letras, sendo nomeado, dessa vez, Pompílio Antônio Salgado; o qual após sucessivos pedidos de remoção consegue ser transferido para Tutóia, em 1968, sem também nunca ter exercido atividades de ensino em Imperatriz. Em 1969, logo no início do ano, novo concurso se realiza, sendo desta vez aprovados dois professores: Manoel Caetano de Lemos e Joaquim Gonçalves Lima. O último foi nomeado para o cargo, também não exerceu a função, sendo removido no ano de 1970, para a povoação de Cachoeira (SILVA, A. R; CRUZ, M. S. Escola, professores e escolarização na Vila Nova da Imperatriz no século XIX, 20112, p. 20-23).

interinamente em 1969 para exercer o cargo de professor de primeiras letras para o sexo masculino que, até então, se encontrava sem professor.

O padre Elias não sucede ao Frei Procópio apenas na paróquia de Santa Teresa. Em 1871, logo no final do mês de janeiro, ele pediu exoneração do cargo de professor interino, e assumiu o cargo de auxiliar de Delegado de Instrução Pública, que se encontrava vago, cujo titular era Frei Manoel Procópio. Contudo, a atividade no cargo de auxiliar de Delegado da Instrução Pública não se mantém por muito tempo na direção do Padre Elias, tendo em vista que ao final de 1871, ele morreu precocemente ao desenvolver atividades de desobriga em Porto Franco, conforme consta no primeiro livro de Tombo da Paróquia⁵.

Após o vigário Elias Moraes ser exonerado do cargo de professor interino de primeiras letras, no início do ano de 1871, foi nomeado, para a mesma vaga, o professor Liberalino Tavares Bastos. Em período anterior, de março de 1869 a abril de 1870, após a nomeação de Joaquim Gonçalves Lima como terceiro professor vitalício de Imperatriz, o governo esteve ocupado em negar remoções, intimá-lo para assumir, ou aumentar o prazo determinado para se apresentar no exercício do cargo, sem obter nenhum sucesso até que, finalmente, lhe concede a tão almejada transferência e coloca pela quarta vez a cadeira em concurso.

Liberalino Tavares Bastos, indicado para substituir Elias Moraes, em 1871, tratava-se de um professor que lecionava em uma escola particular de primeiras letras no povoado de Sítio Novo, na fazenda do Capitão Marcos Gomes de Moraes. Esse professor, conforme apresentado por Silva e Cruz (2012) era um homem culto, e fez parte da “roda de amigos” criada por Militão Bandeira Barros⁶, em Grajaú. Segundo consta no livro *O Sertão* de Carlota Carvalho (2011) a roda de amigos constituía-se pela reunião de homens cultos que empregavam suas tardes, diariamente, a discutir assuntos literários, históricos e políticos, tornando a atividade intelectual no sertão maranhense, um hábito. Carlota Carvalho cita Liberalino Tavares Bastos como um dos membros do grupo que, mesmo depois da morte de Militão Bandeira, distinguiram-se pelo “amor aos livros”, “possuíam sua pequena biblioteca, tinham o costume de ler e prazer nas conversações sobre história e

⁵ Livro de Tombo da Paróquia Santa Teresa D' Ávila de Imperatriz, 1909-1910. Diocese do Maranhão. Vigário Eugênio Deslandez (pároco). Códice n° 333. APEM

⁶ Militão Bandeira Barros foi juiz de paz, fazendeiro, tenente coronel da Guarda Nacional, foi líder político de Grajaú reconhecido pela sua erudição e amor às letras (CARVALHO, 2011, p. 189-191).

sobre literatura” (CARVALHO, 2010, p. 191). Esse professor aparece desde 1869 até 1874 como tenente da Primeira Companhia de Imperatriz, e em 1875, como capitão da mesma companhia⁷.

Em 1870, alunos do professor Liberalino Tavares Bastos, remeteram ao presidente da província um abaixo-assinado, onde requeriam que essa escola fosse custeada com recursos públicos; o que segundo eles, possibilitaria que outros alunos, de menor condição naquela localidade, fossem contemplados com a possibilidade de estudar.

Apesar do esforço em convencer o governo provincial de custear a aula particular de Sítio Novo, o inspetor da instrução pública declara que tal custeio não poderia ocorrer, tendo em vista que o governo estadual já mantinha uma escola em Imperatriz, que naquele momento era de responsabilidade do Padre Elias, a qual funcionava na sede da vila. Desconhecemos se Liberalino Tavares Bastos de fato substituiu o vigário Elias de Moraes, já que, com a exoneração deste último do cargo de professor, em 30 de janeiro de 1871, após dois concursos sem aprovação plena⁸ dos candidatos à vaga de Imperatriz, foi finalmente nomeado Agostinho José da Costa Cururuca, após aprovação em 24 de junho de 1871. Contudo, deve-se destacar que ao desaprovar o custeio da aula de primeiras letras de Sítio Novo, alegando já haver uma aula provida com recursos estaduais, localizada na sede da vila, se entende que não era prioridade do governo maranhense, estender a oferta de escolarização em regiões interioranas das vilas.

Agostinho José da Costa Cururuca se tornou o primeiro professor do Estado a exercer o cargo de professor na Vila Nova da Imperatriz, após aprovação em concurso, permanecendo nesse cargo até 1875, quando lhe é concedida transferência para a povoação de Macapá. Muitos outros professores assumiram a vaga de professor na vila Nova da Imperatriz, dentre os quais, grande parte esteve na condição de interino até o final do século XIX.

Primeiros anos do século XX

⁷ MORAES, REGO J. **Almanak Administrativo da Província do Maranhão**, anos de 1869 a 1875

⁸ Agostinho José da Costa Cururuca prestou dois concursos visando nomeação para a cadeira do sexo masculino em Imperatriz. O primeiro ocorreu em 24 de abril de 1871, quando foi candidato único, mas não obteve aprovação plena. Sua aprovação só vai correr no concurso seguinte, quando mais uma vez como único candidato obtém a aprovação exigida para nomeação. Anteriormente, no ano de 1870, no dia 12 de julho, dois outros candidatos, Odorico Manoel da Cruz e Francisco Royal, se submeteram a concurso para Imperatriz, mas ambos foram reprovados em todas as matérias.

No início do século XX, em 1903, outra escola foi criada em Imperatriz, e ao que parece, teve uma história pequena. Trata-se do Externato Benedito Leite, que mesmo sendo particular, recebeu os recursos estaduais antes direcionados às aulas de primeiras letras, e reuniu entre seus alunos grandes sobrenomes ligados à política e à posse de terras na região.

Com o início do século XX, mas precisamente em 1910, a normalista Elisa Moreira Ferraz iniciou suas atividades como professora estadual de Imperatriz, sendo a princípio nomeada em caráter provisório pela comissão escolar do município. Em 1915 ela foi designada pelo governador para ter exercício na escola mista criada em 1914 (CRUZ; ANJOS, 2012, p. 42).

No final da década de 20, no Governo de Magalhães de Almeida, entre 1926 a 1930, foi aberta a primeira escola estadual que funcionou fora da sede da cidade, no povoado de Montes Altos, à época, o segundo distrito do município (FERNANDES, 2003, p. 273). Tratava-se de uma escola para o sexo masculino, localizada na zona rural, no povoado Montes Altos.

Conforme evidenciado em correspondência de 1933, endereçada ao Governo do Estado, pelo prefeito Fortunato Bandeira, informa-se que a escola Estadual de Montes Altos, encontrava-se sem professor desde 1932, por até então não ter o governo estadual atendido sua indicação de nome para preenchê-la⁹.

Em 1934, Fortunato Bandeira dirigiu-se ao interior do município para fiscalizar as agências fiscais e visitar a escola de Montes Altos, e manifestou-se em correspondência ao Secretário Geral do Estado do Maranhão, sobre a situação de abandono que tal escola se encontrava. Segundo o prefeito

... A escola de Montes Altos se acha desprovida por completo de mobília para o funcionamento das escolas. A casa que atualmente funciona a escola, é uma palhoça, cujas paredes estão todas arrombadas sem uma porta, há tempo oferecida por alguns habitantes do lugar. No momento não há verba designada para aluguel de casa, para a escola em apreço, não podendo esta prefeitura remediar tal falta¹⁰.

⁹ IMPERATRIZ, Prefeitura Municipal. **Livro de transcrição de correspondências**, vol. I, 1930 a 1936, fl. 17.

¹⁰ *Ibid*, fl. 46

Em correspondências dirigidas a autoridades ligadas a educação pública do Estado do Maranhão, Fortunato Bandeira não se portou omisso diante das dificuldades enfrentadas pela educação pública destinada aos mais humildes do município, no que diz respeito a cobrar dessas autoridades providência para o bom andamento da aprendizagem das crianças. Contudo, portava-se mais como um intermediário entre os interesses das pessoas da povoação e a administração estadual, do que como o gestor local. Apesar de não dispor de verba para resolver o problema da falta de edifício para escola de Montes Altos, registra-se uma incoerência quanto a sua afirmação. É que no mesmo ano, em Decreto 1, de 19 de Janeiro, registra-se por duas vezes no orçamento do município, verba para custear escolas públicas; no item “Iluminação Pública”, reservava-se 550, 00 reis para compra de material para o “phaiol do Porto, cadeia e Escolas Públicas”; e no item “Aluguel de Prédio para o mercado, Cadeia Pública e Escolas Públicas” o valor de 1.080.00 contos de reis¹¹. As mesmas rubricas se repetem no orçamento para 1935, conforme Decreto nº 3, de 29 de dezembro de 1934, sendo acrescidos 120,00 reis no item aluguel de prédio.

No ato da publicação do orçamento para 1935, agora não mais sob a responsabilidade de Fortunato Bandeira, que deixara a administração municipal desde o mês de agosto, o prefeito seguinte, Martiniano Alves de Miranda, apesar da repetição dos itens acima citados que informam sobre os gastos com a instrução pública, apresentou algumas novidades. No item “Restituições e indenizações” registrou-se o seguinte: “cotas do Estado, sendo que 10% do total da receita será aplicado com instrução municipal 2.025 \$ 000”; e, “subvenção a escola particular denominada Athenas, nesta cidade, a razão de 40 # mensaes, pago ao diretor da mesma sob a fiscalização do prefeito..... 480\$000”¹².

Nesse novo orçamento registra-se maior investimento com a instrução pública do município, incluindo a subvenção com uma escola particular anteriormente não citada na documentação da prefeitura. Contudo, apesar do aumento do orçamento destinado à instrução pública, Martiniano de Miranda, em correspondência ao Secretário Geral do Estado em março de 1935, afirmava que a verba destinada pelo Estado não permitia a manutenção, pelo município, dos vencimentos do professor da escola Estadual de Montes Altos. Em modificações sugeridas pelo Capitão Geral do Estado, o orçamento para o ano de 1935 sofreu algumas alterações, com benefícios na rubrica destinada à instrução pública

¹¹ *Ibid.*, fl. 29.

¹² *Ibid.*, fl. 59.

municipal: mantêm-se as despesas para iluminação pública e aluguel de prédios e alterou-se a verba destinada à subvenção da escola Particular Athenas, de 480\$000 anuais para 1380\$000; um aumento significativo.

Outra importante situação sobre a educação pública que se verifica no livro de correspondências da prefeitura de Imperatriz, no ano de 1935, diz respeito à dispensa de professores pelo governo do Estado, os quais em função disso deixaram de residir em Imperatriz, impossibilitando ao prefeito uma recolocação no quadro da prefeitura, conforme argumenta em dois telegramas enviados ao governo estadual nos meses de março e abril.

Em cinco de Janeiro de 1936, Fortunato Bandeira, em Decreto de nº 10, declarava que no Governo do Interventor Antonio Martins de Almeida, foi suprimida a escola estadual de Montes Altos, o que, segundo ele ...

... a falta está sendo muito sensível a infância, constituindo dest'arte uma proteção ao analfabetismo de há muito arraigado, o que deve ser combatido. Considerando que a instrução para ter projeção eficiente, é necessário que os poderes públicos não descurem na criação de escolas nos centros populosos¹³.

Considerando tais argumentos, o prefeito de Imperatriz criou uma escola mista primária na Povoação de Montes Altos, ficando a responsabilidade de nomear o professor, a cargo do próprio prefeito. Inicialmente foi estabelecido o ordenado de 80#000 (oitenta mil reis) a ser pago ao docente pela rubrica da instrução pública do orçamento municipal. O primeiro professor da nova escola de Montes Altos foi nomeado pelo prefeito, dois dias após a sua criação, e tratava-se de seu amigo, o então secretário da prefeitura, o cidadão Manoel de Souza Milhomem, que foi posteriormente substituído na função de secretário por Alberto Pereira da Silva.

O período de 1930 a 1935 foi bastante conturbado para o Estado do Maranhão, pois, além de abranger o regime de Intervenção Federal (1930 a 1934), conseqüente da revolução que culminou com o governo provisório de Getúlio Vargas, se concretizou por uma intensa mudança dos representantes da administração estadual. Estiveram à frente do governo, nesse período, o major José Luso Torres, que ficou no cargo por doze dias, e José Maria dos Reis Perdigão que o substituiu desde 27 de novembro de 1930 até o ano seguinte. Em nove de Janeiro foi sucedido pelo padre Astolfo de Barros Serra, que foi exonerado em 1931, sendo nomeado em seguida o capitão Lourival Serôa da Mota, o qual

¹³ *Ibid.*, fl. 92

só permaneceu no cargo até 10 de fevereiro de 1933. Posteriormente, Álvaro Jansen Serra Lima Saldanha que permaneceu no cargo até 29 de junho de 1933, quando foi substituído pelo capitão Antonio Martins de Almeida, o qual com auxílio do Secretário Geral, o capitão Onésimo Becker de Araújo, manteve-se no cargo até julho de 1935 (MEIRELES, 2001, p. 316-321).

Foi na gestão de Antonio Martins de Almeida e Onésimo Becker de Araújo que o orçamento de Imperatriz sofreu as alterações propostas pelo governo do Estado e a verba para o custeio da escola Athenas sofreu aumento de mais de 100%. Foi também nessa administração que vários professores do Estado foram exonerados, ficando, principalmente as escolas do interior, desprovidas. Tal problemática é comentada por Paulo Martins de Souza Ramos que assumiu o governo em 15 de agosto de 1936, em Mensagem de 1936/37. Paulo Martins de Souza Ramos se refere à desorganização do departamento de Educação, a qual atribuiu a lutas partidárias. Segundo Paulo Ramos havia no Maranhão várias escolas abandonadas por desvio de função, pois que imperava a prática de nomear professores para escolas da capital e do interior, sendo logo em seguida, alguns designados para outras atividades mantendo-se os salários destinados às funções docentes. Ocorria que professores nomeados para o interior, muitas vezes nem chegavam a se deslocar para o lugar de exercício, permanecendo na capital desempenhando outras funções enquanto os alunos permaneciam sem aulas. Paulo Ramos denunciava que vigoravam formas irregulares de nomear, demitir, classificar ou destituir os professores primários do Estado: publicavam-se decretos nomeando professores, muitos dos quais estranhos às funções docentes, ao mesmo tempo exonerando os que se encontravam em exercício. Tal fato o levou a buscar reaproveitar os professores exonerados em novas vagas, ou naquelas que ainda não estavam providas¹⁴.

Ainda, no início do ano de 1935, novas possibilidades se abriram para a escolarização das crianças do município. O prefeito Martiniano de Miranda, por meio do decreto nº 2, de 13 de abril de 1935, criou a primeira escola pública municipal de Imperatriz. A primeira escola do município de Imperatriz era uma escola mista primária, sendo a sua criação justificada pelo prefeito como “necessária” e “inadiável”, tendo em vista o “grande número de escolares” existentes na cidade.

¹⁴ Mensagem à Assembleia do Maranhão pelo Governador Paulo Martins de Souza Ramos, 1936/37. São Luís: Imprensa Oficial, 1937, p. 71-72.

Escola Mista Municipal Humberto de Campos foi o nome dado pelo prefeito, em homenagem ao escritor maranhense. Duas professoras foram nomeadas para ministrar aulas na referida escola com a mensalidade de 80#000 (oitenta mil reis) para cada uma: Juvenília Maranhão dos Santos, e Zita Gonçalves de Moraes Barros.¹⁵ A professora Zita Gonçalves logo foi exonerada em 11 de junho, pelo prefeito Fortunato Bandeira, que retornara ao poder. Em seu retorno, Fortunato Bandeira toma as providências necessárias para o subsequente fechamento da escola mista, criada pelo seu antecessor na prefeitura. Sendo assim, em agosto, pelo decreto nº 4, do dia 23 do mesmo ano, essa escola foi transformada em duas, uma para cada sexo devendo funcionar em prédios distintos, sendo mantido o mesmo nome para a primeira escola direcionada às meninas e a segunda, com o nome de Coelho Neto, era destinada ao ensino dos meninos.

Fortunato Bandeira justificava o desdobramento com os seguintes argumentos: “Considerando que a prática tem demonstrado a nenhuma eficiência para instrução, com a regência de uma escola, por duas professoras funcionando as aulas em uma só sala.”¹⁶ Como se tratava de uma escola mista com duas professoras infere-se que a prática de ministrar aulas simultaneamente para alunos de sexos diferentes ainda não se concretizava na escola Humberto de Campos. Por certo que cada professora devesse lecionar para alunos de um mesmo gênero. Segundo o Regulamento da Instrução Pública que estava em vigor, era permitido, no caso da deficiência de prédio, que dois estabelecimentos primários funcionassem no mesmo edifício, sendo um pela manhã, e outro pela tarde¹⁷. Contudo, o artigo não poderia ser aplicado no caso da escola Humberto de Campos, tendo em vista que se tratava de apenas um estabelecimento, com turmas para dois sexos, que deveria funcionar naturalmente em horário diversos por dispor de duas professoras. Não havia então necessidade de que as duas turmas estivessem reunidas em uma só sala conforme critica o Prefeito Fortunato Bandeira.

Fortunato Bandeira seguia em marcha o projeto de descontinuidade tão comum no campo político. Após o desdobramento da escola, exonerou também, a primeira professora nomeada pelo município de Imperatriz, Juvenília Maranhão dos Santos, argumentando que sua ação se dava em consequência tanto do desdobramento da escola, quanto pelo fato de que a professora não possuía a matrícula nem a frequência exigidas pelo regulamento da

¹⁵ IMPERATRIZ, Prefeitura Municipal. **Livro de transcrição de correspondências**, vol I, 1930 a 1936, fl. 66.

¹⁶ *Ibid.*, fl. 78

¹⁷ Art. 137, Regulamento para o Ensino Primário do Estado. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 2 de março de 1932. São Luís: Imprensa Oficial, anno XXVII, 1932

educação que estava em vigor.¹⁸ Em ofício ao Secretário Geral do Estado, em 28 de Agosto de 1935, Fortunato Bandeira, acrescentava como justificativa para ter exonerado a Professora Juvenília o fato de que a mesma não possuía “a necessária competência”. Em sete de setembro, o prefeito de Imperatriz, mais uma vez explicou ao Diretor da Instrução Pública, seus motivos para exonerar as professoras e desdobrar a escola Humberto de Campos: afirmava que a escola não havia demonstrado “nenhuma eficiência, número de alunos insuficientes, incompetência”. Acrescentou ainda: “cargos atualmente vagos”¹⁹.

Ocorre ainda no ano de 1936, a nomeação de um professor para a escola primária Coelho Neto, que desdobrada da escola Mista Humberto de Campos, seria destinada à educação dos meninos. Foi o professor Vital Alvares Pereira que ocupou o cargo até 1937, quando foi exonerado, no dia 11 de agosto, quando uma nova escola foi criada com o nome do interventor federal Escola Dr. Paulo Ramos.

Em primeiro de junho de 1936, a escola Feminina Humberto de Campos, que havia sido desdobrada da escola mista de mesmo nome, foi suprimida por um novo prefeito de Imperatriz, Modesto Rebello Bandeira, sob o argumento de que a mesma era desnecessária ao município, por já existir o Colégio Santa Teresinha do Menino Jesus, subvencionado pelo estado, e outra escola estadual dirigida por uma professora normalista, as quais, segundo ele, “comportam perfeitamente o número de meninas existentes nesta cidade”²⁰.

O Regulamento para o Ensino Primário do Estado, de 1932, faz referência, em seu artigo em seu artigo nº 390, sobre a supressão de escola isolada. Segundo esse Regulamento poderia ser suprimida a escola isolada que não tivesse matrícula mínima de 30 alunos, e cuja frequência média por três meses consecutivos fosse abaixo de 20 alunos. No artigo nº 141, outro elemento consta como favorável para supressão de uma escola: os casos em que se provar a “carência absoluta de condições legais de funcionamento”, o que permitiria um reaproveitamento da verba onde conviesse. Não fica explícito no Regulamento do Ensino Primário, que as condições legais estivessem subordinadas à eficiência das professoras, embora esteja a supressão relacionada ao número de vagas²¹. A despeito da incompetência das professoras para o exercício do magistério, também não se pode afirmar que esse seria um dos elementos que poderia caracterizar “a carência absoluta

¹⁸ IMPERATRIZ, Prefeitura Municipal. **Livro de transcrição de correspondências**, vol I, 1930 a 1936, fl. 79.

¹⁹ *Ibid.*, fl. 82.

²⁰ *Ibid.*, fl. 99.

²¹ Regulamento para o Ensino Primário do Estado. Diário Oficial do Estado do Maranhão, 2 de março de 1932. São Luís: Imprensa Oficial, anno XXVII, 1932, Art. 234.

de condições” alegada pelo Regulamento como critério exigido para o fechamento de uma escola. No Artigo 82, registra-se que “nenhum professor poderá ser nomeado para o interior sem ter certificado de aperfeiçoamento ou diploma do curso normal”. Desconhecemos o nível de formação das professoras exoneradas; contudo, se fosse o caso dessas professoras não possuírem a qualificação mínima requerida, sem dúvidas tal fato seria alegado pelo Prefeito de modo menos subjetivo.

No artigo 139 do Regulamento, registra-se como de competência das professoras: “esforçar-se por ter na classe frequência condigna, devendo procurar mostrar aos pais (...) a necessidade mandar à escola, os filhos...”. Se considerarmos que o tempo de exercício de função, pelas professoras, tenha sido muito restrito (uma ficou por dois meses e outra por quatro meses), talvez não tivesse havido tempo suficiente e uma conjuntura favorável para que as mesmas pudessem atrair mais matrículas. Segundo o Regulamento de 1932, a principal condição para a extinção de uma escola, era a carência de edifício para o seu funcionamento, pois fica declarado no artigo 137 que “nenhuma escola será provida sem que haja casa para o seu funcionamento”. O espaço para as aulas públicas da escola primária é apresentado como a única condição irremediável para que uma escola não fosse provida. Fica também, pelo texto do regulamento, notório que a oferta do prédio escolar era de responsabilidade da prefeitura do interior, enquanto que a responsabilidade com o pagamento dos professores e demais ônus necessários ao funcionamento da instituição, caberiam ao governo estadual, conforme consta no artigo 142²².

No final do ano de 1835, no orçamento aprovado para o ano de 1936, mais uma vez a instrução pública é contemplada. No item aluguel de prédios, os valores seguem em ascensão chegando a 1: 020\$000, e no item específico Instrução Pública, apresenta-se o valor de 2: 800\$ 000. Outras referências sobre custeio de escola particular não recebe registro, contrastando com o orçamento anterior. À época, encontrava-se na administração do Maranhão, Aquiles de Lisboa, que esteve à frente do governo de 22 de junho de 1935 a 8 de abril de 1936. Esse foi um período regado por muitos conflitos políticos entre os poderes legislativo e executivo, que culminou com a intervenção federal, assumindo o governo do Maranhão, o major do Exército Humberto Carneiro de Mendonça. O citado governador ficou no poder por dois meses, até 15 de agosto de 1936, quando Paulo Martins de Souza Ramos foi eleito por voto indireto da Assembleia, e se manteve a frente do

²² No artigo em questão afirma-se que “o Governo manterá de preferência escolas aos municípios que forneçam o prédio”. Artigo 142, Regulamento do Ensino Primário do Estado do Maranhão, 1932.

Estado até 24 de novembro de 1937. Dando continuidade à Administração do Estado, Paulo Ramos permaneceu no cargo por todo Estado Novo, na condição de Interventor Federal do Maranhão (MEIRELLES, 2001, p. 328-335).

No Governo de Paulo Ramos, o Maranhão alcançou relativa estabilidade, apesar de esse período ter precedido e transcorrido todo o Estado Novo com a ditadura Vargasista que se instalou no Brasil até 1945. Foi nesse contexto que um novo nome apareceu no cenário da história das instituições escolares de Imperatriz: pelo decreto nº 15, de 03 de julho de 1937, o Interventor Federal suprimiu a Escola Humberto de Campos que já havia sido suprimida pelo município, e também, a escola Coelho Neto, criando outra escola com o seu próprio nome. Logo em seguida, foi exonerado, em 11 de Agosto de 1937, o professor Vital Alvares Pereira que lecionava na escola masculina Coelho Neto, desde janeiro de 1936.²³ Com a criação da escola Dr. Paulo Ramos, em 1937, outro professor foi nomeado, desta vez foi Raimundo de Moraes Barros, antigo desafeto de Fortunato Bandeira, esposo da Professora Zita Gonçalves de Moraes Barros que ensinara na escola Municipal Mista Humberto de Campos no curto prazo que Fortunato Bandeira esteve fora do poder municipal, em 1935. O mesmo Raimundo Moraes Barros, já havia sido denunciado por Fortunato Bandeira, em vários telegramas enviados ao interventor Aquiles Lisboa, em 1935, quando ainda ocupava o cargo de promotor. Fortunato Bandeira o acusava de ser comunista e que como delegado do partido Social Democrático, era o “único entrave para a boa marcha do serviço público” em Imperatriz. Alegava também que tal promotor fazia propaganda contra o governo do interventor e recomendava para a substituição no cargo o cidadão Manoel Moraes Bandeira²⁴.

Foi em junho de 1936 que, se utilizando da mesma portaria que tornou extinta a escola feminina Humberto de Campos, o prefeito Modesto Rebello Bandeira, elevou os vencimentos do professor Manoel de Souza Milhomem, de oitenta mil reis para cem mil reis. Contudo, foi no ano seguinte, em 1937, que por força do Decreto nº 15, de 03 de julho, mais uma vez a escola de Montes Altos foi suprimida, sendo no mês seguinte, exonerado seu professor (Livro de correspondência do Governo do Estado com diversas prefeituras, 1932-1937).

²³ Livro de correspondência do Governo do Estado com diversas prefeituras, 1932-1937. fl. 59.

²⁴ IMPERATRIZ, Prefeitura Municipal. **Livro de transcrição de correspondências**, vol. I, 1930 a 1936, fl. 77.

Ensino Graduado em Imperatriz: escolas reunidas e grupos escolares

A escola graduada consiste em um modelo de ensino caracterizado pela organização racional, seriação escolar, formação de classes pelo nível de conhecimento e idade, ensino simultâneo e emprego de métodos modernos de ensino. Foi implantado no final do século XIX no Brasil, primeiro com a criação das escolas modelos, e posteriormente se disseminou por meio dos grupos escolares. Representou o modelo ideal de escola republicana, mas no Estado do Maranhão amplia-se lentamente pelo território, concentrando-se o maior número de unidades escolares desse tipo, na capital do Estado. A escola isolada representou o tipo escolar mais comum no interior maranhense. Era a escola de um professor só para alunos de diversos níveis de aprendizagem e classes, reunidos em uma única sala de aula. A escola reunida foi um tipo intermediário entre o grupo escolar e a escola isolada, e consistia na reunião, em um mesmo prédio, de várias escolas isoladas.

A forma escolar graduada, embora que desde 1903, com a criação do Externato Benedito Leite de Imperatriz, já houvesse um indicativo de que se pretendia implantá-la, será apenas em 1939, que essa forma escolar se efetiva com a criação da primeira escola reunida do município de Imperatriz, pelo interventor José Manoel Alves Júnior.

A Escola Reunida de Imperatriz foi formada a partir da reunião de várias salinhas existentes no município, em um antigo prédio onde anteriormente funcionava a Prefeitura, na Rua 15 de Novembro (SOUZA, 2003, p. 40). Dentre os professores nomeados para essa escola esteve Alzira Herênio, que posteriormente se tornou a diretora do primeiro grupo escola de Imperatriz, denominado Governador Acher.

Contudo, há outra possibilidade de que as ideias sobre esse tipo de escola pudessem ter sido inseridas nas práticas pedagógicas, antes mesmos da implantação de escolas reunidas ou grupos escolares. Essa possibilidade diz respeito ao uso das práticas de ensino efetivadas nas escolas graduadas pelas professoras normalistas, que recebiam a qualificação para trabalhar com esse tipo escolar alardeado, desde o final do século XIX, como o mais moderno e mais eficiente para inserir o Brasil a patamares mais altos de desenvolvimento, pela elevação do nível cultural da sua população.

Além de Eliza Moreira Ferraz, normalista que ensinou em escola estadual desde 1910, outras normalistas, também estiveram exercendo a docência em Imperatriz durante os anos 30 do século XX. No Diário Oficial do Estado do Maranhão de 26 de janeiro de 1938, consta como professora de uma Escola Singular de Imperatriz, Dilucina Pereira

Braga, a qual até o presente, não se identificou desde quando iniciou a docência nessa cidade, nem a partir de quando deixa de exercê-la. Posteriormente, no início de 1939, foi transferida a professora normalista Dulcina Braga dos Reis, da escola singular de Imperatriz, para a de Carutapera. Quem substituiu Dulcina Braga dos Reis, foi outra normalista, Alair Pinto França, a qual vinha transferida de Alcântara, e ficou na condição de contratada até julho do mesmo ano, quando após se submeter a exames, foi efetivada no cargo²⁵.

Em 1951, em portaria n 5, 28 de fevereiro, a professora Zeferina Gomes foi nomeada para Escolas Reunidas da cidade, pelo prefeito Urbano da Rocha Miranda²⁶. A mesma professora foi exonerada a pedido, logo em seguida, em dois de maio de 1951 e mais uma vez nomeada no governo de Simplício Moreira, em 30 de setembro de 1953. Sob a gestão do mesmo Prefeito Urbano Rocha, foi nomeada a senhora Maria Martins Jorge, no mesmo dia em que foi exonerada a professora Zeferina, para uma das classes das escolas Reunidas de Imperatriz²⁷.

Urbano Rocha Miranda foi prefeito de Imperatriz por três períodos, sendo o primeiro nomeado pelo Interventor Federal Clodomir Serra Serrão, por poucos meses no ano de 1945 (de 07 de maio a 28 de novembro). Seu segundo mandato decorreu de 31 de janeiro de 1946 a 31 de maio de 1948, no governo do Interventor Federal Saturnino Belo. Seu terceiro mandato decorreu de 31 de janeiro de 1951 a 19 de junho de 1953, tendo sido encerrado por motivo de morte, quando foi substituído pelo vice-prefeito Simplício Alves Moreira, que permaneceu à frente do governo de Imperatriz até 1956 (AIL, 2002). Simplício Moreira havia sido prefeito no mandato anterior ao que substituiu após a morte de Urbano Rocha, de 1948 a 1951. Foi no seu mandato que se deu o movimento para construção do Prédio da Escola Governador Acher.

O primeiro grupo escolar de Imperatriz mantido oficialmente pelo estado iniciou suas aulas em 1951, com o nome de Grupo Escolar Governador Archer, sendo responsável pelo estabelecimento a professora Alzira Herênio Medlig até o ano de 1953, quando foi substituída por Alzira do Espírito Santo Cortez Moreira, filha do prefeito da época, Simplício Moreira. Tal escola foi criada, sobretudo, com a intenção de oferecer uma

²⁵ Coleção de Leis, Decretos-leis e Decretos de Julho a dezembro de 1938. Maranhão: Imprensa Oficial, 1939; Coleção de Leis, Decretos-leis e Decretos de 1939. Maranhão: Imprensa Oficial, 1940; e Diário oficial do Estado do Maranhão, anno XXXIII, São Luís, quarta -feira, 26 de janeiro de 1938, n 20.

²⁶ IMPERATRIZ, Prefeitura Municipal. **Livro de transcrição de correspondências**, vol I, 1930 a 1936, fl. 35.

²⁷ *Ibid.*, fl. 35

educação para população de baixa renda de Imperatriz. Em seguida foi sua diretora Hildenê Herênio Milhomem que exerceu o cargo por trinta anos. Teve também entre seus quadros de diretores a senhora Francisca Carvalho que permaneceu no cargo por oito anos, de 1983 a 1991.

A ampliação da escola graduada em Imperatriz só vai de fato ocorrer a partir de 1970, quando o prefeito Renato Moreira, criou no âmbito municipal, o Departamento de Educação e Cultura e construiu 18 prédios escolares destinados ao funcionamento de grupos escolares. Do total de grupos escolares criados no âmbito municipal, cinco ficaram situados na sede do município (Grupo Escolar Princesa Isabel, Grupo Escolar Rui Barbosa, Grupo Escolar Tocantins, Grupo Escolar União e Grupo Escolar e Urbano Santos); e, 13 no interior de Imperatriz (Grupo Escolar Artur Azevedo, Grupo Escolar Bom Jesus, Grupo Escolar Catulo, Grupo Escolar Cristovão Colombo, Grupo Escolar Ezequiel Garcia, Grupo Escolar Juscelino Kubitschek, Grupo Escolar Lídia Dourado, Grupo Escolar Manoel Ribeiro, Grupo Escolar Pequiá, Grupo Escolar São Félix, Grupo Escolar Simplício Moreira e Grupo escolar Urbano Rocha) (BARROS, 1996, p. 129).

A Expansão da escola primária no território Imperatrizense: escolas supletivas e rurais

Em geral, considerava-se representativo do sistema público de ensino maranhense, o conjunto de escolas graduadas ou isoladas que se encontravam distribuídas em espaços urbanos e rurais do Estado, embora parecesse em maior número, na capital. Era ali, na capital, que os professores recebiam qualificação nos cursos normais e era ali também, que a grande maioria preferia exercer o magistério.

Em contrapartida, na vasta área rural do Estado, número pouco significativo de escolas, localizadas, principalmente nas sedes dos municípios, se mantinham grande parte, com o trabalho de professores leigos. A instituição de escolas rurais no Maranhão foi referenciada, pela primeira vez, em 1923, em 1º de julho, quando entrou em vigor a reforma da instrução primária baixada pelo Decreto de nº 619, de 15 de fevereiro do mesmo ano. As escolas rurais foram criadas visando difundir a escola primária no interior

do estado, onde a população era considerada pouco densa²⁸. No Governo de Magalhães de Almeida (1926-1930) foram criadas 41 escolas rurais no interior maranhense.

O regulamento da instrução pública maranhense de 1932 não faz nenhuma menção explícita às escolas rurais, embora que pelas características rurais da grande extensão do estado, esse tipo de escola estivesse contemplado ao determinar-se que no raio de um quilômetro, onde houvesse pelo menos 30 alunos em idade escolar, seria criada uma escola isolada (art. 123). A escola do tipo isolada foi então, a escola oficial destinada ao meio rural maranhense.

Com o decreto-lei n. 8.529, de 02 de janeiro de 1946, que organizou o ensino primário público em nível federal, foi instituído o ensino supletivo visando ofertar o nível elementar a alunos a partir de 13 anos. Contudo, foi em 1947 que foi lançada nacionalmente a Campanha de Alfabetização de Adultos, a qual criou “... inicialmente, dez mil classes de alfabetização em todos os municípios do país e uma infraestrutura nos estados e municípios para atender à educação de jovens e adultos” (SOARES; GALVÃO, 2005, p. 266).

No período, de 1947 a 1951, foi governador do estado Sebastião Acher da Silva. Em mensagem acerca do ano de 1947, Sebastião Acher fez a seguinte declaração sobre a educação maranhense:

A falta de possibilidades financeiras, não possui o Maranhão o aparelho educacional que suas gloriosas tradição e cultura estão a reclamar. Certo, através das várias épocas da história administrativa do Estado, não se haveriam descuidado os governantes de tentar solucionamento do magno problema. Mas a considerável extensão do território, aliada a irregularíssima distribuição das marchas populacionais terão, com certeza, concorrido, com a carência de recursos pecuniários para dificultar uma melhor e mais eficiente divisão do ensino, principalmente no interior (Mensagem do Governador Sebastião Acher da Silva, 1948, p. 79).

No ano seguinte, Sebastião Acher registra que os problemas que envolvem a educação no Maranhão consistiam em: “reduzido número de estabelecimento de ensino primário”; “carência de meios de transportes que facilitem o acesso às localidades do interior”; e “dificuldade de encontrar professores dispostos a exercer o magistério fora da ilha das cidades que ficam à margem da estrada de ferro”; e “falta de recursos

²⁸ Mensagem do Presidente do Estado do Maranhão Godofredo Mendes Vianna, de 05 de fevereiro de 1924, disponível em <http://www.crl.edu.br>

financeiros”²⁹. Dentre os problemas identificados no sistema de ensino do Maranhão pelo governador do Estado há o reconhecimento de que o interior era a região mais afetada. Os problemas maranhenses consistiam justamente no que em nível nacional, a política de combate ao analfabetismo visava atacar. Sendo assim, é que em 1948, foram realizados congressos de prefeitos nas cidades de Pinheiro, Caxias e Carolina, nos quais, visando adesão maranhense à Campanha de Combate ao Analfabetismo, 66 representantes municipais se comprometeram a contemplar em primeiro lugar no orçamento para 1949, recursos para custeio da educação primária. Nesses congressos cada prefeito se comprometia a abrir um número de escolas, e pelo número que cada um se propôs a criar se vê a discrepância entre as localidades: o município Benedito Leite previa a criação de apenas uma escola, enquanto que Bacabal se comprometia a abrir 33 e Pedreiras, 67 escolas; 10 municípios registravam a intenção de abrir entre três a seis escolas; 19 municípios pretendiam criar entre sete a 10 escolas; 22 projetavam a abertura de 11 a 19 escolas; oito municípios criariam entre 20 a 30 escolas; e quatro ainda não haviam fixado número³⁰.

No ano de 1949, a Campanha de Alfabetização de Adultos contribuiu para a ampliação da rede de escolas primárias no interior do Estado. Segundo consta no Relatório do Governador Sebastião Acher, de 1950, todos os 75 municípios que compunham o Maranhão somavam um total de 663 unidades escolares supletivas com igual número de professores, atingindo a frequência efetiva de 21.491 alunos³¹.

Imperatriz possuía, em 1949, cinco unidades escolares de alfabetização de adultos, com igual número de professores e 137 matrículas efetivas. Dentre os 75 municípios maranhenses, Imperatriz encontrava-se entre os que empregaram o menor investimento com a abertura de escolas de alfabetização de adultos no interior, contraditando com os números relativos a Caxias com 35 unidades escolares, seguido de Codó com 27, Bacabal com 20, e Pedreiras com 18. Apesar de todo esforço com a ampliação do acesso escolar no interior maranhense, consta que o mal do analfabetismo não foi vencido nove anos depois,

²⁹ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão ordinária de 1949, pelo Governador Sebastião Acher da Silva. São Luís: Imprensa Oficial, 1949, p. 83.

³⁰ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão ordinária de 1948, pelo Governador Sebastião Acher da Silva. São Luís: Imprensa Oficial, 1948, p. 84.

³¹ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da sessão ordinária de 1949, pelo Governador Sebastião Acher da Silva. São Luís; Imprensa Oficial, 1949, p. 83.

se considerarmos que em 1957 o Maranhão ainda apresentava um índice de analfabetismo superior a 70 % (MARANHÃO, 1958, fl.6).

No triênio de 1946 a 1949, se inicia a fase mais significativa de expansão da escola primária vivenciada até então, na história do Maranhão. Esta fase ocorreu em consequência da política nacional de expansão do ensino primário, que na gestão de Eurico Gaspar Dutra, previa construir “seis mil escolas rurais, duas centenas de grupos escolares e cinquenta escolas normais rurais”.³² Dentro do plano traçado pelo governo federal, o Maranhão foi contemplado com recursos para construção de 112 prédios escolares para funcionamento de escolas rurais a serem implantadas em povoados, em regiões interioranas dos municípios que haviam por muito tempo, sendo preteridas, em relação à capital, ou às sedes dos principais municípios.

Outra forma utilizada para ampliação da escolarização e combate do analfabetismo com significativa ocorrência no interior do Maranhão ocorreu com a implantação de escolas rurais, que durante a década de 50 sofreram considerável ampliação, possibilitando a oferta do ensino primário além da área da sede do município, que até então concentrava a abertura de escolas.

No mesmo plano de expansão do Governo Federal, o Estado do Maranhão foi contemplado com recursos para construção de 26 prédios para implantação de grupos escolares nas sedes de alguns municípios. Dentre os municípios beneficiados, Barra do Corda e Presidente Dutra foram contemplados com dois edifícios e Imperatriz, recebeu o prédio onde foi instalado, a partir de 1951, o seu primeiro grupo escolar; denominado Governador Acher.

Segundo Almeida (2005, p. 289) o “final dos anos 40 e os anos 50 são vistos como momentos importantes de difusão das escolas primárias rurais e de promoção das Escolas Normais Rurais”. É quando se defende que a educação no meio rural deve “ser um instrumento capaz de colaborar na fixação das populações em seu ambiente original. A escola rural deveria ensinar conhecimentos básicos. Assim, se o aluno viesse para a cidade teria as habilidades mínimas necessárias para sobreviver em um novo ambiente” (ALMEIDA, 2005, p. 285). De fato, é nesse período que se observa maior ampliação da

³² IBGE. **Maranhão 1948**. Departamento estadual de estatística, (São Luís), (19__), p. 217

rede de escolas no meio rural maranhense, conforme se pode perceber tomando como exemplo Imperatriz. A análise de livros de correspondências da prefeitura de Imperatriz indica que, até 1939, só se faz menção a abertura de escolas ou a nomeação de professores para a região sede do município (em maior número), e para o povoado de Montes Altos (em menor quantidade), que era o segundo distrito do Município. Será só a partir de 1950 que outras povoações constam nos registros da prefeitura referenciando abertura de escolas, doação de terrenos ao Estado para construção de prédios destinados a escolas rurais ou a nomeação de professores.

O próprio termo escola rural só vai aparecer a partir de 1948, quando a prefeitura faz a doação de um terreno com área de 10.000m² para o estado construir uma escola Rural no Município de Montes Altos. Em anos posteriores sucessivas leis, com o mesmo teor ou simplesmente criando escolas rurais, algumas vezes, seguidas da criação do cargo de professor leigo em diversos povoados, aparecem nos registros da prefeitura de Imperatriz, a saber: Saranzal (1950), Clementino (1951), Gameleira (1953), Bebedouro (1955), Varjão (1955), Alves Bonito (1956), São Raimundo Nonato (1957), Tanque (1957), Capim de Cheiro (1957). Ainda em 1957 foram criadas cinco escolas primárias do tipo ambulante que deveriam ficar localizadas por determinado tempo, podendo ser deslocadas a qualquer momento, conforme estabelecido na lei nº 111, de primeiro de outubro³³.

Pode-se observar a ampliação da abertura de escolas públicas comparando o ocorrido antes e depois da década de 30, do século XX, conforme quadro abaixo:

Quadro demonstrativo das escolas criadas em Imperatriz no período de 1903 a 1957.

| Período/ Nº escolas | Localização | Ano de criação e nomes das escolas | Tipo Escolar |
|-------------------------|--|---|--|
| 1903-1930 02 escolas | Sede do Município Interior do Município | 1. 1903-Externato Benedito Leite 2. Entre 1926 a 1930-Escola Masculina de Montes Altos | Isolada (Deveria funcionar com o método da Escola Modelo) Escola Isolada |

³³ IMPERATRIZ, Prefeitura Municipal. Livro de transcrição de correspondências, vol. II. fl. 82.

| | | | |
|-------------------------|---|---|--|
| | | | |
| 1931-1957 18 escolas | Sede do Município Sede do Município Sede do Município Sede do Município Interior do Município | 1. 1935-Escola Mista Municipal Humberto de Campos 2. 1937-Escola Dr. Paulo Ramos 3. 1939-Escola Reunida de Imperatriz 4. 1951-Grupo Escolar Governador Acher. 5. 1950- Saranzal 6. 1951 Clementino 7. 1953 Gameleira 8. 1955 Varjão 9. 1955 Bebedouro 10. 1956 Alves Bonito 11. 1957 São Raimundo Nonato 12. 1957 Tanque 13. 1957 Capim de Cheiro 14. 1957- Cinco escolas primárias ambulantes | Isolada Isolada Reunida Grupo Escolar Isoladas (Escolas rurais) Isolada ambulante |

Apesar do significativo aumento do número de escolas primárias de um período para outro, apresentado no quadro acima, deve-se entender que esse número de escolas não pode ser interpretado numa perspectiva cumulativa, pois muitas vezes a abertura de uma escola foi antecedida pelo fechamento de outra. Ocorria aumento pouco significativo da rede, pois as escolas eram abertas por substituição não havendo aumento de recursos destinados ao ensino, mas tão somente uma nova destinação do mesmo recurso, que passava das mãos de um professor a outro, de um endereço a outro. Atribuía-se um novo nome em administrações sucessivas, acompanhadas de novas nomeações de professores após edição de decretos que extinguíam escolas e exoneravam professores colocados em gestões anteriores. Em contrapartida, as escolas rurais criadas na década de 50, representaram de fato uma ampliação da rede e isso ocorria em consequência da Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), iniciada em nove de maio de 1952.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir que apesar do governo maranhense reconhecer a necessidade de expansão e modernização do sistema de ensino primário no interior esse processo se deu de forma muito lenta durante os primeiros trinta anos do século XX. Nesse período se observou que os caminhos seguidos pelos governantes para expansão da escola primária estiveram a serviço da permanência do modelo de escola isolada, por considerarem que as modernas pedagogias tornavam-se impraticáveis na extensa região do interior, face às dificuldades financeiras do Estado. Nesse contexto, apesar dos indícios de que se pretendia introduzir as práticas ligadas à escola graduada, houve a permanência da escola do tipo isolada. Os resultados da investigação revelam que a partir da década de 30 do XX, houve uma lenta e gradual expansão da escola primária pública em Imperatriz. Tal ampliação pode ser caracterizada pelos seguintes aspectos:

_ inexistência de escolas públicas nos primeiros anos da década de 30, sendo os recursos estaduais direcionados à manutenção de escola privada;

_ descontinuidade política das administrações estaduais e municipais no tocante à subvenção de escolas públicas com constante extinção, abertura, nomeação e exoneração de professores, conforme a mudança de gestor, influenciando muito pouco para ampliação da rede;

_ a ampliação da rede de escolas públicas primárias ocorre de forma mais significativa no período a partir da década de 50, com as escolas rurais, quando o município deixa de ser contemplado por escolas apenas na sede e no segundo distrito, atingindo demais povoados;

_ modelo escolar graduado empregue tardiamente em Imperatriz, se ampliando apenas durante a década de 70, quando os grupos escolares deixam de representar o tipo padrão, para se tornarem o tipo vulgar, comum. A escola graduada ao se tornar o modelo corrente do sistema de ensino, apesar de sofrer significativa ampliação, não incorpora os anunciados padrões de qualidade reivindicados como peculiares a esse tipo de escola.

REFERÊNCIAS

- AIL, CADEMIA IMPERATRIZENSE DE LETRAS. Imperatriz: 150 anos. Imperatriz: AIL, 2002.
- ALMEIDA, D. B. A educação rural como processo civilizador. In: BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, vol. III, 2005.
- BARROS, Edelvira Marques de Moraes. **Imperatriz: memória e registro**. Imperatriz: ética, 1996.
- _____. **Eu Imperatriz**. Imperatriz: AIL, 2012.
- BARREIRO, Iraíde Marques de Freitas. **Política de educação no campo: para além da alfabetização (1952-1963)** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. Disponível em <<http://books.scielo.org>>
- BENCOSTA, Marcus Levy Albino. Grupos escolares no Brasil: um novo modelo de escola primária. In: BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, vol. III, 2005.
- CARVALHO, Carlota. O Sertão: subsídios para história e geografia do Brasil. 3 ed. rev. Ampl. Teresina: EDUFPI, 2011.
- CRUZ, M. S; ANJOS, P. D. C. S. Modernização do ensino no interior do Maranhão: indícios da chegada da escola graduada em Imperatriz. In: In: CRUZ, M. S. (org.). **História da Educação de Imperatriz: textos e documentos**. Imperatriz: Ética, 20112.
- FERNANDES, H. Costa. **Administrações maranhenses, 1822 a 1929**. 2ª ed. São Luís: Instituto Geia, 2003.
- MEIRELLES, M. M. **História do Maranhão**. 3 ed. São Paulo: Siciliano, 2001.
- MOTTA, Diomar das Graças. A emergência dos grupos escolares no Maranhão. In: VIDAL, Diana Gonçalves. **Grupos escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893 - 1971)**. Campinas: Mercado das letras, 2006.
- MORAES, REGO J. **Almanak Administrativo da Província do Maranhão**. São Luís: Typografia de A. P. Ramos de Almeida, 1869.
- _____. **Almanak Administrativo da Província do Maranhão**. São Luís: Typografia de Belarmino de Mattos, 1870 a 1871.
- _____. **Almanak Administrativo da Província do Maranhão**. São Luís: Typ. do Paiz, 1872 a 1875.
- SALDANHA, Lilian Leda. **A instrução Pública maranhense na primeira década republicana (1889-1899)**. Imperatriz, Ma: Ética, 2008.
- SILVA, D. A institucionalização dos grupos escolares maranhenses na primeira república. **Resumo expandido apresentado no VII ENCONTRO LUSO BRASILEIRO EM HISTORIA DA EDUCAÇÃO**, São Luís, 2010.
- SILVA, A. R; CRUZ, M. S. Escola, professores e escolarização na Vila Nova da Imperatriz no século XIX. In: CRUZ, M. S. (org.). **História da Educação de Imperatriz: textos e documentos**. Imperatriz: Ética, 20112.
- SOARES, Leôncio; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. Uma história da alfabetização de adultos. In: BASTOS, M. H. C.; STEPHANOU, M. (orgs.) **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, vol. III, 2005.
- SOUZA, Rosa Fátima de. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). **Educ. Pesquisa**. Jul 1999, vol. 25, no. 2, p. 127-143.
- _____; ARAÚJO, José Carlos. **A institucionalização dos grupos escolares no Brasil (1889-1930)**: notas sobre um percurso de investigação comparada em âmbito nacional.

Resumo expandido da Comunicação coordenada apresentada no **VII ENCONTRO LUSO BRASILEIRO EM HISTORIA DA EDUCAÇÃO**, São Luís, 2010.
SOUZA, José Herênio de. **Retrato sem retoques**. Rio de Janeiro: Quatro Cores, 2003.